

08/06/2010

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 100.382 PARANÁ**

**RELATOR** : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**  
**PACTE.(S)** : PAULO SÉRGIO PALAURO  
**IMPTE.(S)** : ANDERSON ALEXANDRINO CAMPOS  
**COATOR(A/S) (ES)** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AUSÊNCIA DO RÉU PRESO EM AUDIÊNCIAS DEPRECADAS PARA OITIVA DE TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO. NULIDADE RELATIVA. NECESSIDADE DE REQUISIÇÃO DO ACUSADO AO JUÍZO PROCESSANTE. DEMONSTRAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO À DEFESA. INOCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO DEVIDAMENTE MOTIVADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO EFETIVO. ORDEM DENEGADA.

I - A alegação de necessidade da presença do réu em audiências deprecadas, estando ele preso, configura nulidade relativa, devendo-se, comprovar a oportuna requisição e também a presença de efetivo prejuízo à defesa.

II - O pedido, no caso, foi indeferido motivadamente pelo juiz de primeiro grau, diante das peculiaridades do caso concreto, em especial diante da periculosidade do réu, e da ausência de efetivo prejuízo.

III - Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 8 de junho de 2010.

**RICARDO LEWANDOWSKI** PRESIDENTE E RELATOR



08/06/2010

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 100.382 PARANÁ**

**RELATOR** : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**  
**PACTE. (S)** : PAULO SÉRGIO PALAURO  
**IMPTE. (S)** : ANDERSON ALEXANDRINO CAMPOS  
**COATOR(A/S) (ES)** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

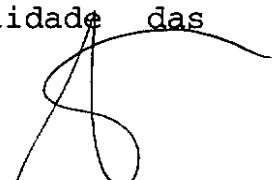
**R E L A T Ó R I O**

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, com pedido de medida liminar, impetrado por Anderson Alexandrino Campos em favor de PAULO SÉRGIO PALAURO, contra ato do Superior Tribunal de Justiça.

A inicial narra que o paciente está sendo processado na Vara Criminal Federal de Londrina/PR, pela prática, em tese, dos crimes previstos no art. 157, § 2º, I e II, combinados com o arts. 71 e 69, todos do Código Penal.

O impetrante informa que, ao tomar ciência da expedição de duas cartas precatórias para a oitiva de todas as testemunhas de acusação, a serem realizadas nas Comarcas de Jacarezinho/PR e Siqueira Campos/SP, requereu que o paciente fosse requisitado e apresentado aos dois Juízos deprecados para que pudesse exercer seu direito de defesa, sendo o pedido indeferido.

Contra tal decisão ajuizou *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pretendendo a nulidade das



**HC 100.382 / PR**

mencionadas audiências que foram realizadas sem a presença do paciente. Diz que, no entanto, a ordem foi denegada.

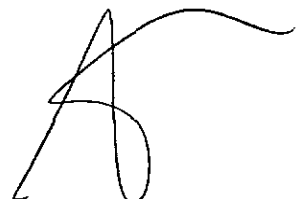
Manejou, então, novo writ no Superior Tribunal de Justiça, articulando idêntica pretensão. Todavia, a ordem também foi denegada, o que motivou esta impetração.

Alega que "*não havia e nem há a menor possibilidade de se admitir que nas ÚNICAS DUAS oportunidades que tinha o paciente de se defender, o Nobre Juiz singular amputasse o seu direito de presença*" (fl. 8).

Argumenta, assim, que a decisão do juiz de primeiro grau viola direitos e garantias fundamentais do paciente.

Assevera que o prejuízo sofrido é evidente pelo fato de o paciente não ter sido levado para o formal reconhecimento das testemunhas de acusação perante os juízos deprecados. Ademais, o depoimento das testemunhas de acusação configurou a base maior para a sentença condenatória.

Ao final pede a concessão de medida liminar para que seja expedido alvará de soltura clausulado em favor do paciente e, no mérito para que seja reconhecida a nulidade processual relativa à oitiva das testemunhas de acusação sem a presença do réu.



**HC 100.382 / PR**

Às fls. 219-220 solicitei prévias informações, as quais foram recebidas nesta Corte em 21/9/2009 (fls. 229-233).

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Mário José Gisi, opinou pela denegação da ordem (fls. 252-262), cuja manifestação restou assim ementada:

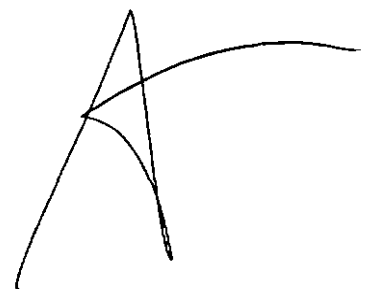
"HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE REQUISICÃO DO RÉU PRESO PARA OITIVA DE TESTEMUNHA VIA CARTA PRECATÓRIA. CASO DE NULIDADE RELATIVA. PREJUÍZO PARA A DEFESA NÃO DEMONSTRADO. ALEGAÇÃO DE QUE A CONDENAÇÃO DECORREU UNICAMENTE DA PROVA ORAL PRODUZIDA SEM A PRESENÇA DO RÉU. INSTRUÇÃO INSUFICIENTE PARA CONFIGURAR A TESE DA IMPETRAÇÃO. DECRETO CONDENATÓRIO QUE APONTA A AUTORIA COM BASE NO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. CONCLUSÃO DIVERSA QUE ENSEJA REEXAME DE MATERIAL PROBATÓRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO.

*Parecer pela denegação da ordem."*

Às fls. 264-270 o impetrante reiterou o pedido de apreciação da liminar.

Em 9/12/2009, indeferi a medida liminar pleiteada (fls. 306-307).

É o relatório.



08/06/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.382 PARANÁV O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Eis a ementa do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS. NULIDADE. OITIVA DE TESTEMUNHAS. CARTA PRECATÓRIA. PACIENTE PRESO. AUSÊNCIA DE REQUISIÇÃO PARA COMPARECER EM AUDIÊNCIA. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO RESPEITADOS. EIVA RELATIVA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. Não obstante o réu tenha direito à presença física à audiência de oitiva de testemunhas, mesmo que por carta precatória, e, tratando-se de preso, ser requisitado, é inviável acolher-se nulidade do ato procedido na sua ausência se a defesa não logrou demonstrar que assim realizado acarretou-lhe prejuízo e evidente constrangimento ilegal, nos termos do art. 563 do CPP, pois aludido procedimento, por si só, não ofende os princípios do contraditório e da ampla defesa.

2. Ordem denegada; prejudicado o pleito referente à liberdade do paciente pelo excesso de prazo para a formação da culpa" (fl. 243).

Bem examinados os autos, tenho que o caso é de denegação da ordem.

Colho dos autos, conforme consignou o Superior Tribunal de Justiça, que o paciente

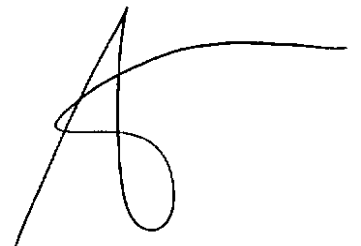


HC 100.382 / PR

"(...) junto de outros cinco eventuais comparsas, foi denunciado pela suposta prática do delito de roubos duplamente circunstanciados, em continuidade delitiva e em concurso material, porque, em 5 de novembro de 1998, armados, renderam e mantiveram algemadas diversas pessoas (funcionários) no Destacamento da Polícia Militar em Ribeirão Claro/PR, ocasião em que subtraíram farda, viatura policial, revólveres, rádio HT, coletes balísticos, cartuchos e algema. Na sequência, foram até à Delegacia da Polícia Civil, algemaram os policiais e os civis que lá se encontravam, rendendo o delegado, sua esposa, e o investigador policial, oportunidade em que liberaram da cela um detento, subtraindo, ainda, espingarda, carabina e munição. Ato contínuo, utilizando-se dos uniformes e da viatura surripiados, rendendo também diversas pessoas, perpetraram mais três roubos nas agências bancárias do HSBC, BANESTADO e CEF, o que lhes rendeu determinada quantia em dinheiro" (fl. 237).

Como mencionado no relatório, esta impetração pretende o reconhecimento de nulidade absoluta da ação penal, ao fundamento de que o juízo de primeiro grau indeferiu o direito do paciente (réu preso) de ser requisitado para estar presente na audiência de oitiva das testemunhas que se realizou mediante carta precatória nas Comarcas de Jacarezinho/PR e Siqueira Campos/SP.

O paciente, que se encontra custodiado no Estado de São Paulo em virtude de condenação em outro processo, teve o pleito indeferido pelo Juízo da Vara Federal Criminal de Londrina/PR, o qual apresentou os seguintes fundamentos:



HC 100.382 / PR

"O advogado de Paulo Sérgio Palauro, requereu que as audiências de oitiva de testemunhas de acusação, deprecadas para os Juízos de Siqueira Campos-SP e Jacarezinho-PR, fossem realizadas mediante a presença física do réu, que atualmente encontra-se custodiado na Penitenciária de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

Alega, em síntese, que a medida pleiteada faz-se necessária visando o reconhecimento do réu.

Decido.

A presença física do réu na audiência não é indispensável à validade do ato, principalmente no caso em análise, onde o réu encontra-se custodiado em localidade diversa das audiências designadas.

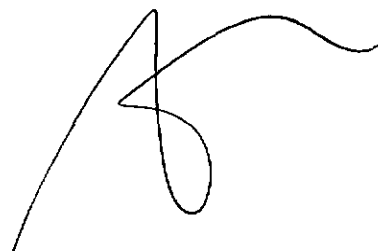
(...)

A requisição do réu, neste caso concreto, não observaria critérios de proporcionalidade, posto que implicaria em enorme gasto financeiro no deslocamento do réu da Penitenciária Presidente Venceslau - SP, para duas cidades distintas: Jacarezinho-PR (distante 280 Km) e Siqueira Campos-SP (distante 577 Km), considerando que o Brasil é um país de dimensões continentais e pobre, sem contar no desproporcional aumento na possibilidade de fuga do acusado.

Ademais, é atribuído ao Juiz analisando o caso concreto e suas peculiaridades decidir, fundamentadamente, sobre as questões que lhes são levantadas e, **no presente caso, não há motivo idôneo que justifique a necessidade da presença do réu nas referidas audiências.**

**No caso, não tendo sido demonstrado nenhum prejuízo efetivo na realização da audiência sem a presença do réu, indefiro o pedido de requisição para as audiências deprecadas"** (fls. 35-36 - grifos meus).

O impetrante destaca que, em caso semelhante, no julgamento do HC 94.216/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio, esta Turma concedeu a ordem reconhecendo a nulidade, tendo inclusive contado com meu voto acompanhando o ilustre Relator.



**HC 100.382 / PR**

Contudo, na espécie, diante de aprofundada reflexão e, em razão de precedentes da Corte, entendo que o caso não é de concessão da ordem, conforme demonstrarei ao longo deste voto.

A questão discutida nos autos já foi objeto de análise por esta Corte em diversas oportunidades, tendo o Tribunal firmado o entendimento de que a ausência de requisição de réu preso para oitiva de testemunhas realizadas em outra Comarca constitui nulidade relativa.

Nesse sentido, destaco os seguintes julgados de ambas as Turmas, dos quais grifei os pontos mais relevantes:

"Recurso ordinário em habeas corpus. 2. Oitiva de testemunhas por precatória. 3. **Prescindibilidade da requisição do réu preso, sendo bastante a intimação do defensor da expedição da carta precatória.** 4. Desnecessidade de intimação do advogado da data da inquirição da testemunha. 5. Precedentes. 6. **Recurso desprovido**" (RHC 81.322/SP, Red. p/ acórdão, Min. Gilmar Mendes).

"HABEAS CORPUS. ART. 12 DA LEI 6368/76. FALTA DE ALEGAÇÕES PRELIMINARES. NOMEAÇÃO AD HOC NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. DEPENDÊNCIA TOXICOLÓGICA. O Tribunal assentou o entendimento de que as alegações prévias não constituem peça essencial na instrução penal. **Não é obrigatória a presença do réu na audiência de instrução, o que pode apenas configurar nulidade relativa que depende de arguição em tempo oportuno com a demonstração do dano efetivamente sofrido** (arts. 500 e 571, inciso II, do CPP). Não é exigido do juiz a indagação acerca de





HC 100.382 / PR

eventual dependência toxicológica do réu se a defesa, em nenhum momento da instrução, levantou essa questão ou se não há qualquer indício nas provas coletadas de que, de fato, exista essa dependência. Precedentes. Ordem denegada" (HC 83.409/SP, Rel. Min. Nelson Jobim).

"Habeas corpus. - A jurisprudência desta Corte já se firmou no sentido de que é prescindível a requisição do réu preso para acompanhar inquirição de testemunha em juízo deprecado, bastando que o defensor, como no caso o foi, tenha sido intimado da expedição da carta precatória, bem como de que não há necessidade de intimação do advogado do réu da data da inquirição de testemunha em outra comarca, se foi ele intimado da expedição da precatória. - De outra parte, o ora paciente foi satisfatoriamente defendido pelo seu advogado constituído. - A sentença e o acórdão estão suficientemente fundamentados. - Inexiste ofensa ao artigo 384 do Código de Processo Penal, porquanto, embora a denúncia não tenha aludido expressamente ao artigo 70 do Código Penal, as circunstâncias que caracterizam o concurso formal estão narradas nela, podendo o Juiz, com base no artigo 383 do C.P.P., reconhecer esse concurso na sentença. - Correta a fixação da pena. - As alegações que implicam o reexame da matéria de fato controvertida não podem ser examinadas na via estreita do habeas corpus. Habeas corpus indeferido" (HC 75.030/SP, Rel. Min. Moreira Alves).

"HABEAS CORPUS PARA ANULAÇÃO DE PROCESSO EM QUE O PACIENTE FOI CONDENADO. ALEGAÇÕES DE QUE: A) - MAL DECRETADA SUA REVELIA; B) - NÃO FOI ELE INTIMADO, POR EDITAL, DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO; C) - NÃO SE CUMPRIU O DISPOSTO NO ART. 372 DO C.P.P.. D) - NÃO SE PROCEDEU A REINQUIRIRÃO DA VÍTIMA PARA EFEITO DE RECONHECIMENTO DO ACUSADO. ALEGAÇÕES REPELIDAS. 'WRIT' DENEGADO. SE O R., MESMO NÃO CITADO PESSOALMENTE, COMPARECEU A JUÍZO, FOI INTERROGADO, INDICOU ADVOGADA (QUE O DEFENDEU AMPLAMENTE) E DEPOIS DESAPARECEU, SUA REVELIA FOI BEM DECRETADA, NÃO SE JUSTIFICANDO SUA INTIMAÇÃO POR EDITAL, NEM A REINQUIRIRÃO DA VÍTIMA PARA EFEITO DE RECONHECIMENTO, JÁ OCORRIDO ANTERIORMENTE. A AUSÊNCIA DO ACUSADO A AUDIÊNCIA DE INQUIRIRÃO DE



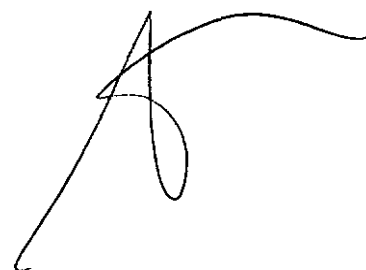
HC 100.382 / PR

**TESTEMUNHA, SEM QUALQUER OBJEÇÃO DA DEFESA, E SEM DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO, NA OPORTUNIDADE DAS ALEGAÇÕES FINAIS, NÃO CONSTITUI VÍCIO INSANÁVEL, A ACARRETAR A NULIDADE DO PROCESSO. PRECEDENTES DO S.T.F." (HC 66.875/SP, Rel. Min. Sydney Sanches).**

No mesmo sentido, cito os seguintes precedentes, entre outros: HC 67.755/SP, Rel. Min. Celso de Mello; HC 70.313/SP, Rel. Min. Néri da Silveira; HC 69.203/SP, Rel. Min. Moreira Alves.

Ressalto, ainda, que em recente julgamento o Plenário do Tribunal, ao apreciar o RE 602.543-RG-QO/RS, Rel. Min. Cezar Peluso, ratificou tal entendimento, ou seja, de que não constitui nulidade a audiência de oitiva de testemunha realizada por carta precatória sem a presença do réu, em acórdão que restou assim ementado:

"AÇÃO PENAL. Prova. Oitiva de testemunha. Carta precatória. Réu preso. Requisição não solicitada. Ausência de nulidade. Jurisprudência reafirmada. Repercussão geral reconhecida. Recurso extraordinário improvido. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC. Não é nula a audiência de oitiva de testemunha realizada por carta precatória sem a presença do réu, se este, devidamente intimado da expedição, não requer o comparecimento".



HC 100.382 / PR

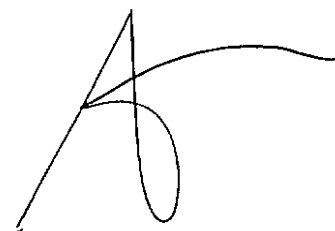
Além disso, o entendimento desta Corte, é o de que, para o reconhecimento de eventual nulidade, ainda que absoluta, faz-se necessária a demonstração do prejuízo.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal vem assentando que a demonstração de prejuízo, "a teor do art. 563 do CPP, é essencial à alegação de nulidade, seja ela relativa ou absoluta, eis que (...) 'o âmbito normativo do dogma fundamental da disciplina das nulidades - pas de nullité sans grief - compreende as nulidades absolutas'" (HC 85.155/SP, Rel. Min. Ellen Gracie).

No mesmo sentido, transcrevo a ementa do HC 82.899/SP, Rel. Min. Cezar Peluso:

**"AÇÃO PENAL. Processo. (...). Ausência de prejuízo ao réu. Nulidade inexistente. HC denegado. Precedentes. Não há, no processo penal, nulidade ainda que absoluta, quando do vício alegado não haja decorrido prejuízo algum ao réu"** (grifos meus).

Desse modo, para que venha a ser reconhecida a nulidade, diante da ausência de requisição de réu preso para oitiva de testemunhas, é necessário arguí-la em momento oportuno, sob pena de preclusão, exigindo-se, ainda, que haja a comprovação do efetivo prejuízo.



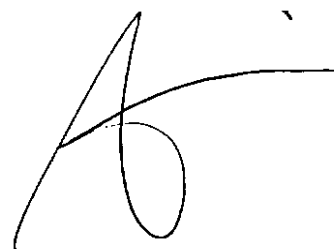
**HC 100.382 / PR**

No caso sob análise, verifico que, quanto ao primeiro requisito, arguição em momento oportuno, a defesa requereu a requisição do réu para audiência de oitiva de testemunhas de acusação logo após a intimação da expedição das cartas precatórias, sem insurgir-se, *oportuno tempore*, contra a decisão que a indeferiu.

A seguir, resta analisar se a ausência do réu resultou em prejuízo apto a ensejar a decretação da nulidade processual.

O impetrante, para fundamentar a existência de prejuízo sofrido pelo paciente, argumenta que a sua condenação é mais do que suficiente para demonstrá-lo, eis que teria resultado do fato de não ter sido ele levado para o ato de reconhecimento formal na presença das testemunhas de acusação, nas duas únicas audiências que foram realizadas.

Quanto ao argumento de que houve condenação com base nos depoimentos das testemunhas de acusação, consigno que a sentença condenatória foi declarada nula por esta Turma, no julgamento do HC 99.609/SP, em virtude de o interrogatório do paciente ter sido



**HC 100.382 / PR**

realizado por meio de videoconferência, baseado em provimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

E, conforme consulta ao sítio eletrônico do TRF/4ª Região, constato que ainda não foi proferida sentença nesta ação penal, estando o feito aguardando a realização de novo interrogatório do paciente.

Nada se pode afirmar, portanto, ao menos por ora, acerca dos fundamentos de um decreto condenatório ainda inexistente. No tocante aos demais prejuízos apontados, entendo que também não assiste razão ao impetrante, pois não houve a demonstração de que a presença do réu na audiência de oitiva das testemunhas acarretaria um resultado diverso do que o ocorrido.

Com efeito, em consulta às atas de audiências juntadas pelo impetrante, é possível verificar que a defesa do paciente esteve presente e participou ativamente das audiências, exercendo de forma plena o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Por oportuno, destaco trecho do voto proferido pelo ilustre Ministro Relator do writ julgado no STJ:



**HC 100.382 / PR**

"Da documentação que instrui a inicial, observa-se que o advogado constituído pelo paciente compareceu às oitivas das testemunhas, oportunidade em que fez diversas perguntas aos testigos (fls. 81, 87, 88, 91, 92), e solicitou 'a exibição de fotografias, as quais determinou-se fossem anexadas, a pedido da defesa, aos autos, o que foi deferido' (fls. 93)" (fl. 238).

Além disso, verifico que o juiz de primeiro grau ao indeferir o pedido, baseou-se na análise das peculiaridades do caso concreto, concluindo não ser indispensável a presença do réu nas audiências, além de fundar-se na ausência de proporcionalidade representada pelo deslocamento do réu para as Comarcas de Jacarezinho/PR e Siqueira Campos/SP, distantes, respectivamente, 280 e 577 quilômetros do local onde se encontra custodiado o paciente.

O magistrado salientou, ainda, o risco de fuga nesse deslocamento, bem como o fato de a defesa não ter antecipado nenhum prejuízo efetivo na realização da audiência sem a presença do réu.

Nesse passo, destaco a periculosidade e audácia do paciente, que é acusado de ter, juntamente com outros comparsas, rendido policiais militares e civis, subtraído armas, munição, fardas, viatura, libertado prisioneiros, e na sequência roubado



**HC 100.382 / PR**

três agências bancárias, que bem justifica a preocupação do juiz de primeiro grau.

Como bem assinalou o ilustre representante do Ministério Público Federal, em parecer exarado nos autos,

*"(...) não se pode desprezar os riscos com o deslocamento, seja para o preso (que pode ser atacado quando está sendo transportado) seja, para a sociedade (com a fuga do detento), além do possível constrangimento às testemunhas pela simples presença de réu reconhecidamente perigoso.*

*Sob esse prisma, não há como ignorar a necessidade do magistrado avaliar o caso concreto e suas peculiaridades e decidir motivadamente, como o fez o juiz no caso desses autos, quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido de requisição do réu para as audiências deprecadas" (fl. 261-262).*

Ora, ainda que tivesse sido deferido o pedido de requisição do paciente, a presença deste na oitiva das testemunhas não é direito absoluto, uma vez que verificada periculosidade do réu, o juiz pode retirá-lo da sala de audiências e prosseguir a inquirição sem a sua presença, nos termos do art. 217 do Código de Processo Penal, que antes da Lei 11.690/2008 previa o quanto segue:

*"Art. 217. Se o juiz verificar que a presença do réu, pela sua atitude, poderá influir no ânimo da testemunha, de modo que prejudique a verdade do*

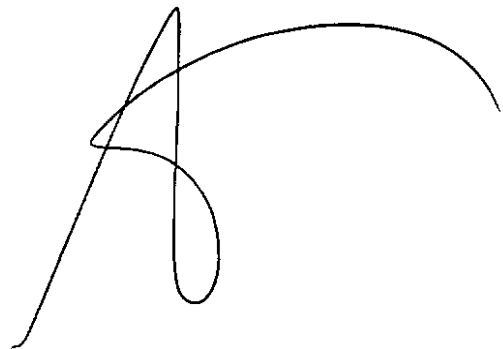


**HC 100.382 / PR**

depoimento, fará retirá-lo, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor. Neste caso deverão constar do termo a ocorrência e os motivos que a determinaram".

Desse modo, entendo que o indeferimento aqui impugnado restou devidamente fundamentado, tendo sido respeitados, ademais, na audiência, os princípios do contraditório e da ampla defesa, razão pela qual não há nulidade a ser sanada.

Ante esse quadro, denego a ordem.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' with a long horizontal stroke extending to the right and a loop at the bottom.



**08/06/2010****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 100.382 PARANÁ**VOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, eu acompanho Vossa Excelência, mas quero lembrar o seguinte: de ordinário, a vida imita a arte; aliás, a arte imita a vida, é o que se diz. Mas, algumas vezes, a vida também imita a arte e o faz por um modo até surpreendente. Delinquentes, ou pessoas com propensão para a delinquência, costumam fugir, como o diabo foge da cruz, de delegacias, de estabelecimentos prisionais, de instalações policiais militares. Aqui foi o contrário, os réus invadiram delegacias de polícia, invadiram departamentos de polícia militar para perpetrar esses crimes. Uma delegacia civil naturalmente foi invadida; um destacamento de polícia militar, em sequência, também foi invadido para a subtração de revólveres, de munição, de coletes balísticos, de cartuchos e até de algemas. Ou seja, vamos chamar, por enquanto, supostos delinquentes, subtraíram da polícia algemas, certamente para fazer uso contra terceiros. Esse tipo de audácia é surpreendente muitas vezes e eu fico surpreendido com descrições de fatos dessa natureza.

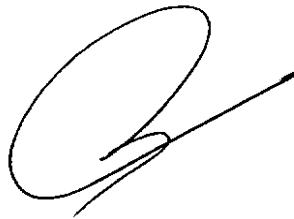
Apenas faço o registro e acompanho o voto de Vossa Excelência, louvando o modo judicioso, consistente, como Vossa



**HC 100.382 / PR**

Excelência lavrou o seu ponto de vista.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Agradeço.**

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital 'R' followed by a horizontal line and a diagonal stroke.

**08/06/2010****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 100.382 PARANÁ**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, a regência do caso se fez, ainda, pela redação primitiva do Código de Processo Penal ou a nova decorrente da Lei nº 11.619/2007?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Não, parece-me que sim, com relação ao artigo 217.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não, sobre a oportunidade para articular o defeito no que não teria sido requisitado o réu.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Não tenho esse dado. Lamento, Ministro, não tenho esse dado.

O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO) - Vossa Excelência permite uma intervenção?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Pois não, Vossa Excelência pode esclarecer esse fato.

O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO) - O suscitamento da nulidade foi feito repetidamente, inclusive em alegações finais.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Inclusive nas alegação finais?

O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO) - Antes e depois.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Sim, mas a nulidade no que teria sido ouvido o envolvido mediante videoconferência?

O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO) - Foi feito no momento oportuno.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ou a nulidade pelo não comparecimento na sede em que houve a oitiva das testemunhas mediante carta precatória?

O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO) -

**HC 100.382 / PR**

Foi feito no momento oportuno, Ministro, e com muita veemência. A defesa protestou, até mesmo, contra vídeo-conferência. Está posto nos autos.

**O SENHOR DIAS TOFFOLI:**

Na videoconferência, já foi concedido o **habeas corpus**.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – Foi.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR)** - Exatamente, nós concedemos.

**O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO)** - Mas o que o Ministro pergunta é **a posteriori**.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – Ouvi que, na oportunidade da expedição das cartas, houve o requerimento, que foi indeferido, no sentido de o acusado ser requisitado. A partir daí, seguindo o processo, na fase do artigo 500, do artigo 499, articulou-se a nulidade?

**O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO)** - COM CERTEZA FOI SUSCITADA A NULIDADE.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – A nulidade sob esse ângulo?

**O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO)** - O PREJUÍZO FOI SUSCITADO.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR)** - EU, *DATA VENIA*, ESTOU CONSIGNANDO QUE ESSA QUESTÃO NÃO FOI LEVANTADA *OPPORTUNO TEMPORE*.

**O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO)** - É que a sentença foi anulada, Ministro.

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - NÓS TEMOS DITO QUE O JUIZ PODE RECUSAR, DESDE QUE O FAÇA FUNDAMENTADAMENTE.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR)** - PODE ATÉ RETIRAR O RÉU DA SALA.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – O fundamento, para mim, relativo à segurança jurídica, à proporcionalidade, sobre ter-se um país pobre, não um país rico,

**HC 100.382 / PR**

não é jurídico.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - É, SE FOR EXCLUSIVAMENTE ESSE.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Incumbe ao Estado aparelhar-se, objetivando cumprir a ordem jurídica. O propósito seria a acareação, reconhecimento pelas testemunhas?

O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO) - COMO ELE NÃO HAVIA TIDO UMA SÓ OPORTUNIDADE DE SER RECONHECIDO FISICAMENTE, O MOTIVO PELO QUAL A DEFESA PRETENDIA QUE ELE FOSSE À PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS ERA EXATAMENTE O RECONHECIMENTO OU NÃO.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Trabalhou-se, na audiência em que ouvidas as testemunhas, mediante fotografia?

O SENHOR DOUTOR PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES (ADVOGADO) - HÁ UMA TESTEMUNHA, EMINENTE MINISTRO, JÁ QUE VOSSA EXCELÊNCIA PERGUNTA, QUE AFIRMA QUE NÃO O RECONHECE, SÓ PELO TIMBRE DE VOZ, UMA SÓ, NA AUDIÊNCIA, NA VÍDEO-CONFERÊNCIA.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, peço vênias a Vossa Excelência e aos Colegas que o acompanharam para assentar que se deve viabilizar, à exaustão, o direito de defesa. Para mim, no caso, se articulada a nulidade – o defeito do processo – em tempo oportuno, ou seja, na fase, à época, do artigo 500, hoje 403, do Código de Processo Penal, não ocorreu a preclusão.

A problemática do prejuízo é ínsita no que indeferido requerimento formalizado pela defesa, e mais do que isso, o prejuízo está hoje certificado pelo próprio Judiciário, no que imposta, sem a observância da formalidade legal, condenação.

Peço vênias, Presidente, para entender que houve o atropelo quanto à matéria alusiva à acareação. O próprio Código de Processo Penal, sob esse ângulo, do reconhecimento, exclui, no processo-crime, o afastamento do acusado do recinto. Viabiliza a acareação para se ter o reconhecimento, ou não, pela testemunha, pouco importando o receio desta – artigo 226, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Peço vênias para conceder a ordem.

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 100.382**

PROCED. : PARANÁ

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

PACTE.(S) : PAULO SÉRGIO PALAURO

IMPTE.(S) : ANDERSON ALEXANDRINO CAMPOS

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falaram o Dr. Paulo Sérgio Leite Fernandes, pelo paciente, e a Dr<sup>a</sup>. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 08.06.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ayres Britto, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Fabiane Duarte  
Coordenadora